

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Vulnerabilidade e ética em pesquisa: uma análise da perspectiva dos docentes de Administração

Ligia Taís da Silva Matos, Bruno Eduardo Freitas Honorato, Felipe Fróes Couto

<https://doi.org/10.1590/1679-395120250097>

Submetido em: 2026-07-08

Postado em: 2026-07-13 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

Artigo

Vulnerabilidade e ética em pesquisa: uma análise da perspectiva dos docentes de Administração

Ligia Taís da Silva Matos

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6509-954X>

Bruno Eduardo Freitas Honorato

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3670-0095>

Felipe Fróes Couto

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros, MG, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4928-9920>

Resumo

A vulnerabilidade em pesquisas científicas é um tema central da ética em pesquisa, especialmente nas Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (CHSSA), em que riscos sociais, organizacionais e relacionais tendem a ser subestimados. O objetivo desta pesquisa é compreender como docentes de Administração percebem e definem a vulnerabilidade em pesquisas, bem como identificar contextos e riscos associados à participação. Trata-se de um estudo qualitativo, baseado em 22 entrevistas semiestruturadas com docentes de Administração de três universidades e um grupo focal com 4 docentes (total: n = 26), analisados por meio de análise de conteúdo. Os resultados indicam 3 achados principais: (1) a vulnerabilidade é compreendida como um fenômeno dinâmico, situacional e multifatorial, que ultrapassa a noção de risco biomédico; (2) em pesquisas organizacionais, ela se manifesta sobretudo por assimetrias de poder, hierarquia, dependência institucional e medo de retaliação, afetando a autonomia e o consentimento dos participantes; e (3) há uma lacuna na formação acadêmica em Administração quanto à ética e à vulnerabilidade, o que reforça a necessidade de revisão das práticas formativas e dos critérios de avaliação ética aplicados às CHSSA. O estudo contribui para o aprimoramento do desenho ético de pesquisas organizacionais e oferece subsídios a pesquisadores, gestores e comitês de ética na qualificação da governança da ética em pesquisa.

Palavras-chave: vulnerabilidade, ética em pesquisa, ética, populações vulneráveis, docentes de administração.

Vulnerability and research ethics: an analysis from the perspective of Management faculty

Abstract

Vulnerability in scientific research is a core issue in research ethics, particularly in the Humanities, Social Sciences, and Applied Social Sciences (CHSSA), where social, organizational, and relational risks are often underestimated. The purpose of this study is to understand how Business Administration faculty perceive and define vulnerability in research, as well as to identify the contexts and risks associated with participation. This qualitative study is based on 22 semi-structured interviews with Business Administration faculty from three universities and one focus group with four faculty members (total: n =

26). Data were analyzed using content analysis. The findings reveal three main insights: (1) vulnerability is understood as a dynamic, situational, and multifactorial phenomenon that extends beyond biomedical risk; (2) in organizational research, it primarily arises from power asymmetries, hierarchy, institutional dependence, and fear of retaliation, which affect participants' autonomy and consent; and (3) there is a gap in academic training in Administration regarding ethics and vulnerability, underscoring the need to reassess educational practices and ethical review criteria applied to the CHSSA. This study contributes to improving the ethical design of organizational research and offers insights for researchers, managers, and ethics committees seeking to enhance the governance of research ethics.

Keywords: vulnerability, research ethics, ethics, vulnerable populations, management faculty.

Vulnerabilidad y ética en la investigación: un análisis desde la perspectiva de los docentes de Administración

Resumen

La vulnerabilidad en la investigación científica es un tema central de la ética de la investigación, especialmente en las Humanidades, Ciencias Sociales y Ciencias Sociales Aplicadas (CHSSA), donde los riesgos sociales, organizacionales y relacionales suelen ser subestimados. El objetivo de este estudio es comprender cómo los docentes de Administración de Empresas perciben y definen la vulnerabilidad en la investigación, así como identificar los contextos y riesgos asociados a la participación. Se trata de un estudio cualitativo, basado en 22 entrevistas semiestructuradas a docentes de Administración de Empresas de tres universidades y en un grupo focal con cuatro docentes (total: n = 26), cuyos datos fueron analizados mediante análisis de contenido. Los resultados evidencian tres hallazgos principales: (1) la vulnerabilidad es concebida como un fenómeno dinámico, situacional y multifactorial, que trasciende la noción de riesgo biomédico; (2) en la investigación organizacional, se manifiesta principalmente a través de asimetrías de poder, jerarquías, dependencia institucional y temor a represalias, lo que afecta la autonomía y el consentimiento de los participantes; y (3) existe una brecha en la formación académica en Administración en relación con la ética y la vulnerabilidad, lo que refuerza la necesidad de revisar las prácticas formativas y los criterios de evaluación ética aplicados a las CHSSA. El estudio contribuye a mejorar el diseño ético de la investigación organizacional y ofrece insumos a investigadores, gestores y comités de ética para fortalecer la gobernanza de la ética en la investigación.

Palabras clave: vulnerabilidad, ética en la investigación, ética, poblaciones vulnerables, docentes de administración.

INTRODUÇÃO

A ética em pesquisa constitui um elemento estruturante da atividade científica, orientando a relação entre pesquisadores, participantes e sociedade, com vistas à proteção da dignidade, da autonomia e do bem-estar dos sujeitos envolvidos. A produção de conhecimento, embora socialmente necessária, pode expor participantes a diferentes tipos de riscos e danos, o que exige a adoção de medidas éticas capazes de minimizar efeitos adversos e prevenir abusos historicamente associados à pesquisa científica (Batistiolle & Silva, 2006). Ao longo do tempo, o reconhecimento desses riscos impulsionou a criação de regulamentações e diretrizes éticas voltadas à proteção contra danos físicos, psicológicos e sociais.

Apesar do avanço das discussões, sobretudo a partir da década de 1990, no Brasil persistem diferenças significativas entre a área Biomédica e as Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (CHSSA) no campo da ética em pesquisa. Autores como Alves e Teixeira (2020), Guerriero (2016; 2023), Amaral (2017) e Nicacio (2023) apontam que as diretrizes éticas foram originalmente formuladas para as Ciências Biomédicas e posteriormente estendidas às demais áreas com base nos mesmos critérios. Enquanto a ética biomédica se estrutura a partir da proteção contra danos físicos decorrentes de intervenções corporais, típicas de estudos clínicos, as pesquisas em CHSSA buscam o acesso a sistemas de significados, relações sociais e contextos organizacionais, cujas particularidades metodológicas frequentemente não são adequadamente consideradas, resultando em processos de revisão ética inadequados (Alves & Teixeira, 2020; Duarte, 2015). Essa padronização biomédica tende a esvaziar uma reflexão ética mais ampla, demandando abordagens que não sejam reduzidas a critérios biomédicos (Alves & Teixeira, 2020).

Nesse debate, o conceito de vulnerabilidade assume papel central. Populações vulneráveis, especialmente aquelas que dispõem de menor poder social, econômico ou institucional, podem experimentar pressões explícitas ou simbólicas para participar de pesquisas, muitas vezes motivadas pelo medo de consequências negativas em caso de recusa (Rogers & Ballantyne, 2008; Tengan et al., 2005). Embora esses riscos tenham sido amplamente reconhecidos no campo biomédico, sua manifestação nas CHSSA, frequentemente associada a assimetrias de poder, dependência institucional e exposição simbólica, ainda permanece subexplorada.

Após a aprovação da Resolução n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), diversos autores passaram a discutir os limites do sistema de ética em pesquisa para as CHSSA (Ministério da Saúde, 2016). Mainardes (2017) destaca a inadequação do modelo vigente, marcado pela burocratização, centralização e pelo enfoque utilitarista, pouco sensível às especificidades dessas áreas. Amaral (2017) evidencia a disputa política imposta pela hegemonia biomédica e critica a aplicação de normas concebidas para pesquisas clínicas às CHSSA, ressaltando que a Resolução n.º 510/2016 manteve uma concepção dualista entre participantes e objeto e exige classificações de risco que não capturam a complexidade das investigações sociais. Guerriero (2023), por sua vez, aponta a predominância biomédica no Sistema CEP/Conep (Comitês de Ética em Pesquisa e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), gerando orientações contraditórias à própria Resolução n.º 510/2016 e comprometendo a representatividade das CHSSA nos processos decisórios.

Embora essas contribuições sejam fundamentais, observa-se que o tema da vulnerabilidade permanece relativamente negligenciado, especialmente na área da Administração. Apesar das discussões sobre diretrizes específicas, revisões normativas e abordagens mais inclusivas, há uma lacuna evidente quanto à compreensão de como a vulnerabilidade dos participantes influencia a ética da pesquisa em contextos organizacionais. Na área da Administração, em particular, levantamentos realizados nas bases *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, *Google Scholar*, *Scopus* e *Web of Science* não identificaram estudos que tratem diretamente da percepção da vulnerabilidade nesse campo.

Diante desse cenário, o objetivo deste estudo é compreender como docentes de Administração percebem e definem a vulnerabilidade em pesquisas, bem como identificar

os contextos em que ela se manifesta e os principais riscos associados à participação. Ao explorar essas percepções, busca-se contribuir para o aprimoramento das práticas éticas e para o desenvolvimento de pesquisas mais responsáveis e sensíveis às especificidades da Administração no âmbito das CHSSA.

Assim, a questão que orienta esta pesquisa é: como docentes de Administração compreendem a vulnerabilidade em pesquisas científicas e de que maneira identificam seus contextos e riscos no âmbito das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas? O artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se a fundamentação teórica, na qual se discute o conceito de vulnerabilidade, sua relação com o risco e suas especificidades nas Ciências Biomédicas e Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Em seguida, descreve-se o percurso metodológico, detalhando os procedimentos de coleta e análise dos dados. Na sequência, são apresentados e discutidos os resultados à luz do referencial teórico.

A contribuição original do estudo reside em evidenciar, a partir da perspectiva de docentes de Administração, que a vulnerabilidade em pesquisas organizacionais é relacional, situacional e atravessada por assimetrias de poder próprias do contexto do trabalho, ampliando o debate ético para além do risco biomédico. Por fim, expõem-se as conclusões do estudo, destacando suas implicações teóricas, metodológicas e institucionais, bem como seus efeitos para o campo da Administração, ao qualificar a reflexão sobre ética em pesquisa, formação acadêmica e governança dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs).

REFERENCIAL TEÓRICO

Ética em pesquisa

A ética em pesquisas envolvendo seres humanos emergiu em resposta a graves violações de direitos ocorridas no século 20. Após as atrocidades reveladas nos julgamentos de Nuremberg em 1947, definiram-se códigos internacionais voltados a proteger participantes de pesquisas. Mesmo décadas depois, práticas antiéticas persistiram; Henry Beecher, em 1966, expôs uma série de estudos médicos com graves violações morais, mostrando que os problemas não haviam sido extirpados. Esse contexto levou à criação de novas diretrizes, culminando no Relatório Belmont (1979), que estabeleceu 3 princípios básicos para pesquisas com seres humanos (respeito pelas pessoas, beneficência e justiça).

No Brasil, a primeira norma nacional sobre ética em pesquisa foi a Resolução CNS n.º 196/1996, inspirada no referencial principialista da bioética e estabelecida para coibir abusos e orientar a avaliação ética dos projetos de pesquisa. Essa resolução instituiu o Sistema CEP/Conep e padronizou exigências como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a análise prévia dos estudos por um comitê de ética. Em 2012, após debates e consultas públicas, essa norma foi substituída pela Res. CNS n.º 466/2012, que manteve a base de princípios bioéticos e introduziu inovações como o Termo de Assentimento para participantes menores de idade ou incapazes, exigindo linguagem acessível e adequada a eles. Logo se evidenciou, porém, que uma abordagem única nem sempre atendia às especificidades de todas as áreas do conhecimento. Críticas apontaram que o Sistema CEP/Conep continuava calcado em uma lógica biomédica e burocrática, pouco sensível às metodologias das Ciências Humanas e Sociais.

Até 2016, pesquisas nas CHSSA precisavam se adequar às mesmas regras das pesquisas clínicas, o que gerava tensões e incoerências na avaliação ética de estudos de ciências sociais. Em resposta, aprovou-se em 2016 a Resolução CNS n.º 510/2016, direcionada especificamente às Ciências Humanas e Sociais. Essa norma representou um marco ao reconhecer a diversidade epistemológica dessas áreas e prever ajustes importantes, por exemplo, modalidades diferenciadas de consentimento/assentimento, tipificação de riscos mais condizente com pesquisas sociais e diretrizes para proteção de participantes de comunidades indígenas ou tradicionais. A Res. n.º 510/2016 foi saudada como um avanço ao contemplar demandas antigas da comunidade acadêmica, incluindo a redefinição do conceito de vulnerabilidade (como será detalhado adiante). Contudo, tratou-se de uma resolução complementar, não substitutiva: ela estabeleceu que tudo que não estivesse ali previsto continuaria regido pela Res. n.º 466/2012.

Assim, alguns desafios persistiram; por exemplo, ainda faltava implementar critérios próprios de classificação de risco e outros refinamentos para as CHSSA, lacunas que permaneceram em discussão após 2016. Nos anos seguintes, o arcabouço ético-normativo continuou em evolução. Em 2022, foi editada a Resolução CNS n.º 674/2022, que introduziu tipificações de pesquisa e novos fluxos de tramitação de protocolos no Sistema CEP/Conep, adequando a avaliação ética ao nível de risco de cada estudo (Amorim, 2019; Ministério da Saúde, 2022; Muccioli et al., 2008). Além disso, em 2024 sobreveio a Lei n.º 14.874/2024, que instituiu o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, dando base legal unificada a diretrizes e procedimentos de proteção aos participantes de pesquisa no país.

Os CEPs no Brasil são definidos como “colegiados interdisciplinares e independentes, com *munus* público, de caráter consultivo, deliberativo e educativo” (Ministério da Saúde, 2008, p. 14), cuja atuação se estrutura de forma integrada em três dimensões: a consultiva, voltada à orientação dos pesquisadores para a elaboração de estudos que resguardecem os direitos dos participantes; a deliberativa, responsável pela análise e aprovação ética dos protocolos de pesquisa; e a educativa, destinada à formação contínua da comunidade científica e à promoção de uma cultura de pesquisa ética e responsável.

Nessa perspectiva, espera-se que a atuação dos CEPs ultrapasse a mera fiscalização formal de projetos, assumindo papel ativo na gestão ética da pesquisa e no fortalecimento de práticas menos utilitaristas e mais reflexivas (Amorim, 2019; Muccioli et al., 2008). Contudo, na prática, essa função educativa frequentemente encontra limites, uma vez que a dimensão deliberativa tende a prevalecer, absorvendo tempo e recursos dos comitês e resultando em um foco excessivo na conformidade burocrática, em detrimento de uma reflexão ética substantiva. Esse desequilíbrio acaba por reduzir a interação entre pesquisadores e CEPs a um ciclo reiterado de submissão, avaliação e ajustes formais, restringindo oportunidades de aprendizado ético mais profundo, como ilustra Da Costa Marques (2021) ao relatar um processo de tramitação que se estendeu por nove meses, marcado por exigências administrativas desproporcionais à avaliação ética propriamente dita. Assim, o desafio central consiste em ressignificar o CEP, deslocando-o da condição de órgão meramente “aprovador” para um espaço efetivo de construção, difusão e amadurecimento do conhecimento ético em pesquisa.

Vulnerabilidade e ética no contexto das CHSSA

Vulnerabilidade é um termo amplamente empregado para descrever predisposições ou suscetibilidade ao estresse, sendo comumente associado a condições de fragilidade ou exposição a riscos (Yunes & Szymanski, 2001). Em muitas abordagens, sua noção assume um caráter predominantemente negativo, vinculando-se a estados de fragilidade decorrentes de três fatores principais: exposição a riscos, mudanças sociais e/ou ambientais e insuficiente capacidade de adaptação (Aquino et al., 2017). Sob diferentes perspectivas teóricas e normativas, a vulnerabilidade decorre de situações em que indivíduos ou grupos se encontram em posição de fraqueza, desvantagem ou incapacidade de proteger adequadamente seus próprios interesses, em razão de fatores individuais, psicológicos, sociais, econômicos, culturais ou políticos, o que os torna mais suscetíveis a danos e riscos (Council for International Organizations of Medical Sciences, 2002; Kottow, 2003; Ministério da Saúde, 2016; Neves, 2006). Trata-se, portanto, de uma interação complexa entre múltiplos elementos que pode resultar tanto na ampliação quanto na redução dos riscos enfrentados por indivíduos ou grupos humanos em diferentes contextos e ao longo de suas trajetórias de vida (De Oliveira Esteves, 2011).

No esforço de sistematizar o conceito, Kottow (2003), bem como Rogers e Ballantyne (2008), propõem a distinção entre vulnerabilidade intrínseca e extrínseca. A vulnerabilidade intrínseca refere-se a características ou condições internas dos indivíduos ou grupos que podem reduzir sua capacidade de tomar decisões autônomas, como deficiência intelectual, transtornos mentais ou a própria idade. Já a vulnerabilidade extrínseca diz respeito a circunstâncias externas, como carência de recursos socioeconômicos, baixa escolaridade, barreiras geográficas ou condições estruturais que limitam o acesso a direitos e oportunidades. Essa distinção contribuiu para ampliar a compreensão do fenômeno, mas também revelou limites importantes, sobretudo quando aplicada de forma rígida ou categorial.

Nesse sentido, contribuições mais recentes têm problematizado a tendência de associar vulnerabilidade a atributos fixos ou a determinados grupos sociais. Racine e Bracken-Roche (2018) argumentam que a vulnerabilidade, quando tratada como rótulo estático, perde utilidade analítica e pode produzir efeitos indesejados, como estigmatização ou exclusão indevida de participantes de pesquisa. Os autores defendem uma abordagem integrativa e funcional, na qual a vulnerabilidade é compreendida como relacional, contextual e dependente das interações estabelecidas no próprio processo de pesquisa. Essa perspectiva dialoga com a compreensão de que a vulnerabilidade não deve ser confundida com incapacidade, sendo fundamental combater preconceitos capacitistas que possam influenciar negativamente a abordagem ética de pesquisas envolvendo pessoas com deficiência. Reconhecer o caráter dinâmico e situacional da vulnerabilidade, que pode variar ao longo do tempo e conforme o contexto, permite uma apreensão mais precisa e menos reducionista do conceito.

No âmbito da ética em pesquisa, a vulnerabilidade ganha contornos específicos. A participação em pesquisas, entendidas como empreendimentos orientados à produção ou validação de novos saberes, pode envolver exposição a riscos e incertezas, tornando todos os indivíduos vulneráveis em alguma medida (Santana & Lorenzo, 2008). Essa vulnerabilidade tende a se intensificar quando há assimetrias de poder entre pesquisadores e participantes, como ocorre em situações de desigualdade de conhecimento, dependência institucional ou condições socioeconômicas desfavoráveis. Nessas circunstâncias, indivíduos podem ser levados a participar de pesquisas que não atendem plenamente a seus interesses ou a aceitar riscos desproporcionais (Rogers & Ballantyne, 2008).

Wilkinson e Moore (1997) alertam que a oferta de incentivos pode induzir os participantes a subestimar riscos e superestimar benefícios, comprometendo a liberdade e a qualidade do consentimento informado.

Santana e Lorenzo (2008) sistematizam 5 critérios que contribuem para a caracterização da vulnerabilidade na pesquisa científica: (i) a fragilidade das capacidades nacionais para conduzir pesquisas; (ii) a carência econômica, que pode levar indivíduos a participar de estudos em busca de benefícios; (iii) a precariedade dos serviços de saúde, que torna os participantes dependentes das oportunidades oferecidas pelas pesquisas; (iv) o baixo nível educacional, que dificulta a compreensão dos procedimentos de pesquisa; e (v) limitações na capacidade de consentimento informado, associadas a desigualdades socioeconômicas e culturais relacionadas a gênero, etnia e localização domiciliar. Esses critérios suscitam questionamentos centrais para a ética em pesquisa: os participantes assumem riscos de forma autônoma ou movidos por expectativas distorcidas de benefício? Em que medida é possível determinar, de maneira objetiva, a existência e a magnitude dos riscos? A oferta de benefícios materiais pode levar indivíduos a aceitar riscos que rejeitariam em outras circunstâncias?

A Resolução CNS n.º 510/2016 define vulnerabilidade na pesquisa como a “situação na qual pessoa ou grupo de pessoas tenha reduzida a capacidade de tomar decisões e opor resistência na situação da pesquisa, em decorrência de fatores individuais, psicológicos, econômicos, culturais, sociais ou políticos” (Ministério da Saúde, 2016, p. 4). Essa definição marca um afastamento das concepções estritamente categoriais e aproxima-se de uma noção situacional de vulnerabilidade. Findley et al. (2024) reforçam essa leitura ao argumentar que a vulnerabilidade não é apenas uma condição prévia dos participantes, mas pode ser induzida ou intensificada pelo próprio desenho e pela condução da pesquisa, exigindo avaliações éticas contínuas ao longo de todo o ciclo investigativo.

Determinar o nível de risco associado a uma pesquisa, portanto, não se limita a uma avaliação técnica dos procedimentos, mas requer sensibilidade às condições de vida dos participantes, reconhecendo que a vulnerabilidade pode distorcer a percepção de risco. O TCLE constitui um instrumento central de garantia da autonomia, ao afirmar a autodeterminação dos participantes e rejeitar práticas paternalistas. O Relatório Belmont reforça essa perspectiva ao estabelecer o respeito à autonomia, a beneficência e a justiça como princípios éticos fundamentais da pesquisa com seres humanos. A metodologia do principialismo, sistematizada por Beauchamp e Childress (2002), consolidou-se como referência central da bioética ao articular quatro princípios básicos: respeito à autonomia, beneficência, não maleficência e justiça (De Azambuja Loch, 2002).

Ao proteger indivíduos vulneráveis, o princípio da autonomia busca assegurar a capacidade de autodeterminação; a beneficência orienta a maximização de benefícios e a minimização de riscos; a não maleficência impõe o dever de evitar danos; e a justiça exige a seleção equitativa e imparcial dos participantes, garantindo igualdade de oportunidades (Beauchamp & Childress, 2002; De Azambuja Loch, 2002). Kottow (2008) destaca que a bioética se diferencia da ética profissional por concentrar-se prioritariamente nas relações entre pesquisadores e participantes, enfatizando os efeitos concretos dos projetos de pesquisa sobre estes últimos. A função primordial da ética em pesquisa, segundo o autor, é proteger os participantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, que voluntariamente se expõem a riscos em nome do avanço científico.

No contexto das CHSSA, a vulnerabilidade assume contornos particulares. A ausência de atenção específica à ética nessas áreas pode resultar em lacunas significativas na proteção dos participantes e no enfrentamento de dilemas éticos próprios desses campos. Enquanto na área da saúde os termos “vulnerabilidade” e “vulnerável” são frequentemente associados à propensão a riscos físicos ou biológicos, nas CHSSA a vulnerabilidade manifesta-se de múltiplas formas, incluindo desigualdades sociais, marginalização, exposição da privacidade e envolvimento emocional (Alves & Teixeira, 2020; Nichiata et al., 2008). A Resolução CNS n.º 510/2016 reconhece que participantes de pesquisas nas CHSSA podem estar sujeitos a pressões psicológicas, sociais, políticas ou culturais, tornando-os vulneráveis a danos ou exploração.

A proteção ética nesses casos exige uma compreensão aprofundada das dinâmicas sociais e das relações de poder envolvidas na pesquisa, bem como atenção a aspectos como privacidade, confiança e possíveis formas de manipulação (Alves & Teixeira, 2020). Traianou e Hammersley (2024) argumentam que a transposição acrítica de modelos biomédicos de regulação ética para a pesquisa social tende a exagerar riscos, reforçar práticas burocráticas e obscurecer a necessidade de julgamentos éticos situados. Para esses autores, a vulnerabilidade nas pesquisas sociais deve ser compreendida como graduada, relacional e dependente do contexto, exigindo prudência e responsabilidade profissional, e não apenas conformidade procedimental.

Rhodes e Carlsen (2018) ampliam essa discussão ao introduzir a noção de vulnerabilidade ética do próprio pesquisador, enfatizando que a ética da pesquisa não se reduz a protocolos formais, mas se constrói no encontro com o outro, marcado por assimetrias, afetos e responsabilidades. Essa abordagem relacional reforça a necessidade de uma ética sensível às particularidades das CHSSA, em que o conhecimento é produzido em interação direta com sujeitos e contextos sociais complexos.

Nesse cenário, a pesquisa nas CHSSA requer uma avaliação ética alinhada a uma concepção pluralista de ciência, que incorpore dimensões como liberdade, autonomia individual e coletiva, direitos humanos, diversidade, democracia e vulnerabilidades sociais (Alves & Teixeira, 2020). As regulamentações devem, portanto, considerar as especificidades epistemológicas e metodológicas dessas áreas, garantindo que as pesquisas sejam conduzidas de forma ética e responsável, sem impor entraves desproporcionais, mas assegurando a proteção efetiva dos direitos e do bem-estar dos participantes.

Modelo conceitual da pesquisa

À luz do referencial mobilizado e em consonância com a abordagem metodológica adotada, delineou-se um modelo conceitual voltado a compreender a relação entre ética em pesquisa e vulnerabilidade no contexto das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Esse modelo articula três dimensões analíticas centrais e interdependentes: (a) os fundamentos éticos que orientam a pesquisa envolvendo seres humanos; (b) as situações de vulnerabilidade potencial dos participantes, compreendidas de forma relacional, contextual e situacional; e (c) os procedimentos éticos de proteção efetivamente adotados ao longo do processo investigativo. Trata-se, portanto, de um arcabouço analítico que busca ir além de uma leitura meramente normativa da ética em pesquisa, incorporando sua dimensão prática, reflexiva e aplicada.

Tabela 1
Componentes do modelo conceitual da pesquisa

Dimensão analítica	Foco conceitual	Aspectos centrais no contexto da pesquisa
Fundamentos éticos da pesquisa	Princípios e normativas que orientam a ética em pesquisa com seres humanos.	Incorpora os princípios da autonomia, beneficência, não maleficência e justiça, bem como as diretrizes normativas nacionais e internacionais que estruturam a ética em pesquisa. Enfatiza o respeito à dignidade dos participantes, a obtenção do consentimento livre e esclarecido, a confidencialidade das informações e a avaliação prévia dos projetos por comitês de ética. Esses referenciais são compreendidos não apenas como regras formais, mas como orientações para a tomada de decisões éticas situadas.
Vulnerabilidade dos participantes	Condições relacionais e contextuais que podem afetar a autonomia e a capacidade de resistência dos participantes.	Entendida como dinâmica, situacional e relacional, a vulnerabilidade não é tratada como atributo fixo ou rótulo categorial. Envolve a identificação de assimetrias de poder, limitações de compreensão, dependências institucionais, pressões sociais ou expectativas de benefício que possam influenciar a participação na pesquisa. Destaca-se que a própria condução e o desenho metodológico da pesquisa podem induzir ou intensificar situações de vulnerabilidade.
Procedimentos éticos de proteção	Estratégias práticas de salvaguarda dos participantes ao longo do processo investigativo.	Conjunto de medidas concretas destinadas a proteger os participantes em todas as etapas da pesquisa, incluindo a elaboração e aplicação adequada do TCLE, a garantia de sigilo, anonimato e proteção dos dados, bem como a avaliação contínua de riscos e benefícios. Esses procedimentos são concebidos como práticas éticas reflexivas, que exigem sensibilidade metodológica, responsabilidade profissional e capacidade de adaptação às especificidades das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 1 sintetiza essas 3 dimensões. A primeira dimensão refere-se aos princípios éticos e às normativas que estruturam a ética em pesquisa, especialmente os princípios da autonomia, da beneficência, da não maleficência e da justiça, bem como as diretrizes regulamentares que orientam a condução de estudos com seres humanos.

A segunda dimensão diz respeito à vulnerabilidade dos participantes, compreendida não como atributo fixo ou rótulo categorial, mas como uma condição dinâmica que pode emergir das interações estabelecidas no contexto da pesquisa. Essa dimensão implica identificar situações em que indivíduos ou grupos podem apresentar capacidade reduzida de decisão, compreensão ou resistência, seja em função de fatores individuais, sociais, institucionais ou relacionais. Nesse sentido, o modelo enfatiza a necessidade de avaliar, caso a caso, se o desenho da pesquisa, os instrumentos utilizados ou as assimetrias de poder entre pesquisadores e participantes podem intensificar vulnerabilidades, demandando salvaguardas proporcionais.

A terceira dimensão contempla os procedimentos éticos de proteção, entendidos como o conjunto de medidas concretas destinadas a resguardar os participantes ao longo de todas as etapas da pesquisa. Incluem-se aqui a elaboração e aplicação adequada do TCLE e, quando pertinente, de termos de assentimento; a garantia de sigilo, anonimato e proteção dos dados; bem como a avaliação contínua de riscos e benefícios, com a adoção de

estratégias para minimizar danos, desconfortos ou exposições indevidas. Esses procedimentos não são tratados como meras exigências formais, mas como práticas éticas situadas, que exigem sensibilidade metodológica e responsabilidade profissional.

Esse modelo conceitual orientou diretamente a construção do instrumento de coleta de dados, ao permitir examinar como docentes de Administração compreendem e mobilizam os princípios e normas éticas em suas pesquisas, de que modo identificam e interpretam situações de vulnerabilidade entre seus participantes e quais estratégias adotam para assegurar a proteção ética ao longo dos projetos investigativos. Assim, o modelo funciona como um mapa analítico que articula teoria, normatividade e prática, evidenciando a ética em pesquisa como um compromisso reflexivo e relacional, particularmente relevante no contexto das CHSSA.

MÉTODO DE PESQUISA

Este estudo tem como objetivo compreender como docentes de Administração percebem a vulnerabilidade em seu contexto profissional e no âmbito da ética em pesquisa. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, adequada à investigação de fenômenos complexos, subjetivos e socialmente construídos, permitindo uma análise aprofundada de percepções, sentidos e experiências dos participantes (Demo, 2001). Tal abordagem privilegia a interpretação dos sujeitos e a análise de microprocessos sociais, possibilitando uma compreensão densa e contextualizada da realidade investigada (Martins, 2004).

Os participantes da pesquisa foram docentes da área de Administração, todos com título de doutorado e atuação consolidada como pesquisadores. A maioria possui vínculo ativo com programas de pós-graduação *stricto sensu*, atuando regularmente em atividades de pesquisa, orientação e avaliação acadêmica, o que pressupõe familiaridade prévia com debates sobre ética em pesquisa, ainda que não necessariamente como especialistas formais no tema.

Os critérios de inclusão consistiram em: (i) possuir doutorado; (ii) atuar como docente em cursos de Administração; (iii) desenvolver atividades de pesquisa de forma regular; e (iv) ter experiência com submissão, avaliação ou condução de pesquisas envolvendo seres humanos. Foram excluídos docentes sem atuação em pesquisa ou sem experiência recente em atividades acadêmicas vinculadas à produção científica. Essa delimitação buscou garantir que os participantes tivessem condições de refletir criticamente sobre vulnerabilidade, ética em pesquisa e práticas institucionais associadas ao campo científico.

Tabela 2
Caracterização dos participantes da pesquisa

Tipo de participação	Vínculo institucional	Número de participantes	Distribuição por gênero	Perfil acadêmico	Identificação
Entrevistas individuais	Universidades federais localizadas em capitais	11	63,64% homens (7); 36,36% mulheres (4)	Docentes doutores, pesquisadores, majoritariamente vinculados a programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	E1 a E11
Entrevistas individuais	Universidades federais do	6	66,67% homens (4);	Docentes doutores, pesquisadores,	E12 a E17

	interior do país		33,33% mulheres (2)	com atuação em pesquisa e pós-graduação.	
Entrevistas individuais	Universidade estadual do interior do país	5	80% homens (4); 20% mulheres (1)	Docentes doutores, pesquisadores, com experiência em ética e pesquisa científica.	E18 a E22
Grupo focal	Diversas instituições	4	75% homens (3); 25% mulher (1)	Docentes doutores, pesquisadores, com atuação acadêmica e experiência em pesquisa com seres humanos.	GF1 a GF4

Fonte: Dados da pesquisa.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e de um grupo focal, conforme a Tabela 2. As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas a partir de um roteiro elaborado com base em categorias analíticas definidas a priori, derivadas de uma revisão sistemática da literatura sobre ética em pesquisa, vulnerabilidade e especificidades das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. O instrumento foi estruturado em eixos temáticos que orientaram o diálogo, ao mesmo tempo que preservaram flexibilidade para aprofundamentos, permitindo que novas questões emergissem ao longo das entrevistas (Guazi, 2021).

As entrevistas foram realizadas presencialmente ou, quando necessário, por meio de chamadas de vídeo utilizando a plataforma *Microsoft Teams*. Essa estratégia mostrou-se adequada ao objeto do estudo, uma vez que possibilitou explorar em profundidade percepções, experiências e dilemas éticos associados a um conceito marcadamente subjetivo como a vulnerabilidade.

Além das entrevistas individuais, foi realizado um grupo focal com quatro docentes, selecionados de modo a garantir homogeneidade quanto aos aspectos de interesse da pesquisa, todos pesquisadores doutores, com atuação acadêmica e experiência em pesquisa científica. A opção pelo grupo focal justifica-se por seu potencial analítico centrado na interação entre os participantes, permitindo observar como ideias, argumentos e percepções são construídos, tensionados e ressignificados coletivamente. Trata-se de uma técnica qualitativa caracterizada por alto envolvimento dos participantes, discussão focada em um tema delimitado e geração de dados ricos em curto período de tempo, com custo operacional reduzido. O grupo focal possibilitou explorar diferentes percepções sobre o fenômeno em um mesmo evento, favorecendo a emergência de categorias analíticas e a geração de *insights* teóricos relevantes, inclusive para a formulação de categorias interpretativas. A moderação foi conduzida por um professor, com apoio de estudantes de graduação e pós-graduação, buscando estimular a participação equitativa e garantir que o fluxo da discussão ocorresse de forma espontânea, sem induções indevidas. A sessão teve duração aproximada de 1 hora e 40 minutos.

No total, foram realizadas 22 entrevistas individuais com docentes de Administração vinculados a três tipos distintos de universidades, como universidades federais localizadas em capitais, universidades federais do interior do país e uma universidade estadual do interior. A coleta de dados foi encerrada quando se observou a recorrência de conceitos, argumentos e percepções, caracterizando a saturação teórica e interpretativa,

momento em que novas entrevistas deixaram de acrescentar elementos substantivamente novos à análise.

Durante todo o processo, os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e manifestaram seu consentimento livre e esclarecido para participação, registrado por meio de gravação de áudio. Em todas as etapas foram rigorosamente assegurados o anonimato e a confidencialidade, não sendo divulgadas informações que permitissem a identificação dos participantes. A pesquisa seguiu as recomendações éticas aplicáveis à pesquisa com seres humanos e foi aprovada por CEP, sob o CAAE n.º 44966721.4.0000.5142.

As entrevistas e o grupo focal foram integralmente transcritos de forma manual, buscando preservar a fidelidade das falas, pausas relevantes e nuances discursivas. O material empírico foi analisado por meio da técnica de análise de conteúdo, conduzida em etapas sistemáticas. Inicialmente, realizou-se uma pré-análise, com leitura flutuante de todo o corpus, visando à familiarização com os dados. Em seguida, procedeu-se à codificação das unidades de registro, parágrafos e falas, que foram agrupadas em categorias iniciais.

As categorias foram definidas a partir da articulação entre o referencial teórico e os dados empíricos, combinando categorias a priori e emergentes. Posteriormente, essas categorias iniciais foram refinadas e consolidadas em categorias finais, com base em critérios de recorrência temática, densidade interpretativa e relevância analítica. Também foram observadas frequências de ocorrência dos temas, não com finalidade estatística, mas como apoio à interpretação dos padrões discursivos. A análise foi realizada sem o uso de software específico de apoio, sendo conduzida de forma manual e criteriosa. As citações foram organizadas por temas, conforme o modelo conceitual da pesquisa, e interpretadas à luz da literatura e dos objetivos do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conceito de vulnerabilidade e suas dimensões

Os docentes de Administração percebem o conceito de vulnerabilidade como algo complexo, que apresenta uma visão multifacetada e se manifesta em diversos níveis. Não se restringe apenas a aspectos econômicos, mas também engloba dimensões sociais, políticas e até mesmo relacionais que venham a trazer danos (Tabela 3).

Tabela 3
Agrupamento temático de falas, enunciados e implicações para a teoria

Falas dos respondentes (agrupadas por tema)	Enunciados teóricos possíveis	Implicações para a teoria
“A vulnerabilidade tem uma série de camadas. A camada social, a camada econômica, a camada política” (Entrevistado 22).	A vulnerabilidade é compreendida como um fenômeno multidimensional, relacional e situacional, produzido pela interação entre fatores sociais, econômicos, políticos e contextuais, e não como atributo individual fixo.	Reforça abordagens que concebem a vulnerabilidade como dinâmica e contextual (Kottow, 2003; Racine & Bracken-Roche, 2018), tensionando modelos categoriais e essencialistas ainda presentes na regulação ética. Sustenta a necessidade de
“A vulnerabilidade é relacional. Ela é produzida dependendo do contexto em que você está” (Entrevistado 10).		

“Exposição é a fragilidade que ele tem diante de determinadas situações” (Entrevistado 19).		avaliações éticas situadas, caso a caso.
“Uma população vulnerável está em um contexto desigual, onde as forças estão desequilibradas, tornando-a mais fraca” (Entrevistado 21).	A vulnerabilidade emerge de assimetrias estruturais de poder que limitam a capacidade de resistência, negociação e autodeterminação de indivíduos e grupos em contextos sociais específicos.	Contribui para integrar a noção de vulnerabilidade às análises de poder, hierarquia e desigualdade estrutural, aproximando a ética em pesquisa das teorias críticas e organizacionais, especialmente no campo da Administração.
“Possuem menos força, forças sociais, forças econômicas, forças políticas, para virarem a mesa” (Entrevistado 17).		
“Você tem riscos de vários tipos; os povos originários, por exemplo, você não pode deixar qualquer um entrar numa etnia indígena. Você tem ameaças para a cultura deles, de vários tipos, até de doença mesmo. São populações extremamente isoladas, extremamente vulneráveis” (Entrevistado 18).	A vulnerabilidade pode ser intensificada por fatores culturais, históricos e territoriais, exigindo salvaguardas éticas diferenciadas e sensíveis às especificidades dos grupos pesquisados.	Sustenta a perspectiva de que a ética em pesquisa nas CHSSA deve incorporar critérios culturais e contextuais, reforçando o papel da Res. CNS n.º 510/2016 e problematizando a aplicação uniforme de protocolos éticos.
“Na área de Administração, tende a ser menos arriscado do que na área de Psicologia, por exemplo, mas depende da natureza da pesquisa, que tipo de pesquisa você está fazendo” (Entrevistado 18).	A percepção de risco e vulnerabilidade varia entre áreas do conhecimento, sendo frequentemente subestimada na Administração em comparação às ciências biomédicas, o que contribui para a marginalização do debate ético nesse campo.	Evidencia um viés epistemológico que associa vulnerabilidade apenas a danos físicos ou clínicos, reforçando críticas à hegemonia biomédica na ética em pesquisa e à invisibilização de riscos sociais, simbólicos e organizacionais.
“Acho que as áreas são diferentes. Eu não conheço a área de Biomédicas, mas imagino que o risco lá, em geral, seja maior. Agora, tudo depende com que você está lidando” (Entrevistado 18).		
“Na área de Ensino e Pesquisa em Administração, não via quase nada dessa discussão sobre ética em pesquisa e continuo não vendo. Então não se fala muito” (Entrevistado 24).		
“Se uma pessoa da saúde pega um estudo da área de Ciências Sociais, possivelmente, algumas coisas, pra ela, vai ser muito mais bater cabeça do que pra uma pessoa que já é das Ciências Sociais e vice-versa” (Entrevistado 23).	A avaliação ética é atravessada por disputas epistemológicas e dificuldades de compreensão interárea, o que pode comprometer a adequação e a legitimidade das decisões dos CEPs em pesquisas das CHSSA.	Reforça a crítica à transposição acrítica de modelos biomédicos para as CHSSA (Traianou & Hammersley, 2024) e sustenta a necessidade de maior representatividade e pluralismo epistemológico nos CEPs.
“Acho importante de debater mesmo, essa dificuldade de compreender especificidades da nossa área” (Entrevistado 26).		
“Deveria metade (do CEP) ser da área, pelo menos, mas parece que essa regra não tá sendo cumprida” (Entrevistado 26).		
“Para nós, que somos pesquisadores da Administração,	As exigências éticas formais podem, em certos contextos	Introduz a noção de vulnerabilidade organizacional e

que temos uma postura um pouco mais crítica, óbvio que essa criticidade não é de interesse das organizações. Portanto, a gente não vai conseguir essas autorizações” (Entrevistado 26).	organizacionais, produzir barreiras institucionais à pesquisa crítica, levando pesquisadores a adaptar estratégias metodológicas para preservar viabilidade e proteção ética.	do próprio pesquisador, ampliando o debate ético para além do participante e revelando tensões entre rigor ético, criticidade científica e viabilidade institucional.
“Era algo totalmente inviável de ser feito. Então eu simplesmente abandonei essa submissão [...]” (Entrevistado 25).		

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados indicam que os docentes de Administração compreendem a vulnerabilidade como um fenômeno complexo, multifacetado e relacional, afastando-se de concepções essencialistas ou estritamente individuais. As falas evidenciam uma leitura que reconhece a vulnerabilidade como produzida por interações contextuais e estruturais, envolvendo dimensões sociais, econômicas e políticas. Essa compreensão converge com abordagens contemporâneas que tratam a vulnerabilidade como dinâmica e situacional, e não como atributo fixo de determinados grupos. Ao enfatizarem a noção de “camadas” e de produção contextual da vulnerabilidade, os entrevistados reforçam a crítica a modelos categoriais ainda presentes na regulação ética, sugerindo que a identificação da vulnerabilidade deve ocorrer de forma situada, sensível às relações e às condições concretas em que a pesquisa se desenvolve.

Outro achado central diz respeito à associação entre vulnerabilidade e assimetrias de poder. Os docentes destacam que populações vulneráveis são aquelas inseridas em contextos de desigualdade, nos quais forças sociais, econômicas e políticas se encontram desequilibradas, reduzindo a capacidade de resistência e autodeterminação dos indivíduos. Essa leitura amplia o debate ético ao deslocar a vulnerabilidade do plano estritamente individual para o plano estrutural, aproximando-a de análises críticas sobre hierarquia, dominação e exclusão. No campo da Administração, essa perspectiva é particularmente relevante, uma vez que as pesquisas frequentemente se realizam em contextos organizacionais marcados por relações de poder assimétricas, nas quais participantes podem estar sujeitos a pressões institucionais, dependência econômica ou riscos simbólicos, frequentemente subestimados nos processos formais de avaliação ética.

Os depoimentos também revelam uma percepção desigual da vulnerabilidade entre áreas do conhecimento, com a Administração sendo frequentemente percebida como um campo de “menor risco” em comparação às ciências biomédicas ou à Psicologia. Essa percepção contribui para a marginalização da discussão ética no campo da Administração, ao associar risco e vulnerabilidade prioritariamente a danos físicos ou clínicos. Tal visão reforça a hegemonia de uma lógica biomédica na ética em pesquisa e obscurece formas menos visíveis, porém igualmente relevantes, de vulnerabilidade, como exposição da privacidade, riscos profissionais, constrangimentos institucionais e impactos emocionais. Os achados, assim, corroboram críticas à transposição acrítica de modelos biomédicos para as CHSSA e evidenciam a necessidade de ampliar o conceito de risco para abarcar dimensões sociais, simbólicas e organizacionais da pesquisa.

Por fim, emergem tensões institucionais significativas relacionadas à atuação dos Comitês de Ética em Pesquisa, especialmente no que se refere à adequação de seus critérios às especificidades das CHSSA. Os entrevistados apontam dificuldades de compreensão interárea, déficit de representatividade das ciências sociais nos CEPs e

exigências formais consideradas desproporcionais ou inviáveis, que, em alguns casos, levam pesquisadores a abandonar submissões ou a reformular estratégias metodológicas para viabilizar seus estudos. Esses achados revelam que a ética em pesquisa não se limita à proteção dos participantes, mas envolve também a vulnerabilidade do próprio pesquisador diante de estruturas institucionais rígidas. Tal cenário reforça a necessidade de repensar o sistema de revisão ética com base em uma abordagem mais pluralista, reflexiva e contextualizada, capaz de conciliar proteção efetiva, rigor científico e viabilidade da pesquisa nas Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

Riscos para o pesquisador e para o pesquisado

Em organizações, a hierarquia de poder cria um ambiente onde o consentimento pode não ser totalmente voluntário (Tabela 4).

Tabela 4
Agrupamento temático de falas, enunciados e implicações para a teoria

Falas dos respondentes (agrupadas por tema)	Enunciados teóricos possíveis	Implicações para a teoria
“A Administração, querendo ou não, é uma área com risco baixo comparado aos outros. Apesar do risco ser existente, o risco é muito baixo” (Entrevistado 9.) “Então, em alguns casos, talvez não faça sentido falar de população vulnerável. O risco psicológico existe, mas muito baixo” (Entrevistado 9).	Predomina, no campo da Administração, uma percepção de que os riscos associados à pesquisa são reduzidos, o que leva à relativização da noção de vulnerabilidade dos participantes.	Evidencia um viés conceitual que associa vulnerabilidade apenas a riscos intensos ou tangíveis, reforçando a invisibilização de danos simbólicos, organizacionais e psicossociais nas CHSSA.
“Risco de ser expostas a situações de assédio moral ou algo do tipo, alguma outra violência dentro das organizações” (Entrevistado 4). “Algumas pesquisas podem representar a demissão de um indivíduo” (Entrevistado 18).	Pesquisas em contextos organizacionais podem expor participantes a riscos profissionais, morais e simbólicos, mesmo na ausência de intervenções diretas ou riscos físicos.	Amplia a concepção de risco ético para além do dano físico, reforçando a necessidade de abordagens específicas para pesquisas organizacionais e qualitativas.
“[O pesquisador] poderia induzir a uma resposta socialmente desejada” (Entrevistado 12).	O próprio comportamento do pesquisador pode gerar riscos éticos, influenciando respostas e comprometendo a autonomia e a autenticidade da participação.	Introduz a dimensão relacional da ética em pesquisa, destacando o papel ativo do pesquisador na produção de vulnerabilidades e na qualidade ética dos dados.
“Quando a gente aborda grupos que estão vulnerabilizados, o próprio ato de contar e recontar o trauma já é extremamente traumático [...]” (Entrevistado 23).	A participação em pesquisas pode reativar experiências traumáticas, produzindo sofrimento emocional e psicológico, especialmente em grupos já vulnerabilizados.	Reforça a crítica à avaliação ética baseada apenas em procedimentos formais, exigindo sensibilidade metodológica e acompanhamento ético contínuo em pesquisas qualitativas.
“Quando a gente lida com contextos de vulnerabilidades, a gente pode correr em algum risco de integridade física [...]” (Entrevistado 22). “Direcionar a pesquisa... risco da exposição dos dados [...] riscos físicos, como ameaças” (Entrevistado 1).	Pesquisadores também estão sujeitos a riscos físicos, morais, emocionais e profissionais durante o trabalho de campo, especialmente em contextos de vulnerabilidade.	Amplia o escopo da ética em pesquisa ao incluir a vulnerabilidade do pesquisador, tensionando modelos normativos centrados exclusivamente na proteção do participante.

“Eu, em campo, já me vi em situações em que eu fui assediada por alguém no campo” (Entrevistado 10).		
“A pesquisa qualitativa muitas vezes envolve imersão no campo que pode sensibilizar excessivamente e/ou traumatizar o pesquisador em formação” (síntese do texto empírico).	A formação de pesquisadores envolve assimetrias hierárquicas e responsabilidades éticas, especialmente quando discentes são expostos a contextos sensíveis durante pesquisas qualitativas.	Contribui para a incorporação da ética da formação e da supervisão acadêmica no debate sobre ética em pesquisa, destacando a responsabilidade dos orientadores.

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise dos depoimentos evidencia que, no campo da Administração, persiste uma percepção difusa de que as pesquisas apresentam riscos reduzidos aos participantes, especialmente quando comparadas às áreas biomédicas ou à Psicologia. Essa leitura, ainda que reconheça a existência de riscos psicológicos, tende a relativizá-los e, em alguns casos, a questionar a própria pertinência da categoria “população vulnerável” nesse campo. Tal posicionamento revela uma compreensão restritiva de risco e vulnerabilidade, fortemente ancorada na ideia de dano físico ou clínico, o que dialoga com as críticas formuladas por Traianou e Hammersley (2024) acerca da hegemonia biomédica na regulação ética. Ao limitar a vulnerabilidade a riscos considerados “altos” ou “evidentes”, essa perspectiva acaba por invisibilizar formas sutis, porém relevantes, de exposição a danos, típicas das pesquisas organizacionais e sociais.

Ao mesmo tempo, os relatos dos entrevistados contradizem parcialmente essa percepção de baixo risco, ao apontarem uma gama diversa de vulnerabilidades que podem emergir em pesquisas em Administração. Riscos relacionados a assédio moral, retaliações profissionais, demissões, manipulação das respostas, exposição indevida de dados sensíveis e constrangimentos institucionais aparecem como preocupações recorrentes. Esses achados reforçam a compreensão da vulnerabilidade como fenômeno relacional e contextual, conforme defendem Racine e Bracken-Roche (2018) e Findley et al. (2024), uma vez que tais riscos não decorrem de características intrínsecas dos participantes, mas das assimetrias de poder e das dinâmicas organizacionais nas quais a pesquisa se insere. Nesse sentido, a vulnerabilidade não está ausente nas pesquisas em Administração; ela apenas assume formas menos visíveis e mais difíceis de capturar por instrumentos normativos baseados em tipificações gerais de risco.

Os depoimentos também evidenciam que a própria condução da pesquisa pode produzir ou intensificar situações de vulnerabilidade, especialmente em estudos qualitativos que envolvem relatos sensíveis ou experiências traumáticas. O ato de narrar e reviver eventos de violência ou sofrimento pode gerar danos emocionais adicionais, colocando em xeque abordagens éticas centradas exclusivamente no consentimento formal. Esse achado dialoga diretamente com a literatura que critica a redução da ética em pesquisa a procedimentos burocráticos, ressaltando a necessidade de avaliações éticas contínuas e situadas ao longo de todo o processo investigativo (Santana & Lorenzo, 2008; Traianou & Hammersley, 2024). A ética, nesse contexto, deixa de ser um momento inicial de autorização para se tornar uma prática reflexiva permanente, sensível às reações e às condições concretas dos participantes.

Por fim, a análise amplia o debate ao evidenciar a vulnerabilidade ética do próprio pesquisador, aspecto frequentemente negligenciado pelas normativas vigentes. Os

entrevistados relatam riscos à integridade física, assédio, ameaças, dilemas morais e impactos emocionais decorrentes da imersão em contextos sensíveis, além de riscos específicos enfrentados por pesquisadores em formação, como mestrandos, doutorandos e bolsistas de iniciação científica. Essa dimensão dialoga com a perspectiva relacional proposta por Rhodes e Carlsen (2018), ao reconhecer que a ética da pesquisa envolve responsabilidades mútuas e assimetrias que atravessam não apenas a relação pesquisador-participante, mas também as hierarquias acadêmicas. Assim, os achados sugerem a necessidade de uma concepção ampliada de ética em pesquisa nas CHSSA, capaz de proteger participantes e pesquisadores e incorporar a formação ética como parte constitutiva do processo científico.

Formação acadêmica e ética em pesquisa

Os entrevistados revelam uma lacuna significativa no contato com o conceito de vulnerabilidade durante a formação acadêmica, pois o tema não era uma prioridade nas discussões durante a graduação (Tabela 5).

Tabela 5
Agrupamento temático de falas, enunciados e implicações para a teoria

Falas dos respondentes (agrupadas por tema)	Enunciados teóricos possíveis	Implicações para a teoria
“Em relação à questão da vulnerabilidade na minha época da graduação, isso não era um tema em pauta” (Entrevistado 4). “Eu acho que isso é um debate mais recente, então o meu contato nesse sentido foi muito pouco” (Entrevistado 4). “Não se falava em vulnerabilidade, não” (Entrevistado 5).	A vulnerabilidade esteve historicamente ausente ou marginalizada na formação acadêmica em Administração, especialmente na graduação, não sendo tratada como eixo estruturante da formação ética.	Evidencia uma lacuna formativa que ajuda a explicar a compreensão limitada e tardia da vulnerabilidade no campo, reforçando críticas à formação tecnicista e instrumental nas CHSSA.
“Tinha ouvido falar em ética em pesquisa, mas os dois juntos (ética e vulnerabilidade) comecei a falar quando dei aula sobre o tema” (Entrevistado 9). “Não tive nenhuma disciplina que tratou do conceito de vulnerabilidade” (Entrevistado 22).	A ética e a vulnerabilidade são abordadas de forma fragmentada na formação acadêmica, raramente articuladas de maneira integrada e conceitualmente aprofundada.	Sustenta a necessidade de superar abordagens compartimentalizadas da ética em pesquisa, aproximando-se de perspectivas relacionais e contextuais defendidas por Racine & Bracken-Roche (2018) e Rhodes & Carlsen (2018).
“Tive disciplinas voltadas a partir de metodologia da pesquisa que abordaram questões de ética na pesquisa” (Entrevistado 22).	A ética em pesquisa tende a ser ensinada como um componente metodológico-procedimental, associado a regras e exigências formais, e não como reflexão substantiva sobre a condição humana.	Reforça críticas à redução da ética ao cumprimento burocrático de normas, dialogando com Traianou & Hammersley (2024) sobre os limites da ética procedimental nas CHSSA.
“Você vai chegar pra uma mulher que sofreu uma violência e você vai perguntar pra ela sobre isso?” (Entrevistado 24).	A tomada de decisão ética exige reflexão prévia e sensibilidade às consequências emocionais e humanas da pesquisa, não podendo ser	Aproxima a ética em pesquisa de abordagens substantivas e situadas, reforçando a centralidade da empatia, da responsabilidade e da prudência ética no desenho da pesquisa.

“O pesquisador tem que refletir isso a priori” (Entrevistado 24).	garantida apenas pela autonomia formal ou pelo consentimento.	
“Ética é o processo do pesquisador refletir, a todo momento que tá fazendo a pesquisa, quais são as implicações éticas daquelas ações que ele tá tomando” (Entrevistado 24).	A ética em pesquisa é compreendida como um processo contínuo, reflexivo e relacional, que se constrói ao longo de toda a trajetória investigativa.	Contribui para deslocar a ética do plano normativo-inicial para uma prática permanente, reforçando concepções contemporâneas de ética reflexiva nas CHSSA.
“A gente, como professor que tá formando, a gente tem que tentar atuar nisso” (Entrevistado 24).	A formação ética é uma responsabilidade ativa de docentes e orientadores, que devem mediar a construção do juízo ético dos futuros pesquisadores.	Introduz a dimensão pedagógica da ética em pesquisa, ampliando o debate para além dos CEPs e destacando o papel da formação e da orientação acadêmica.

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise dos achados evidencia uma lacuna estrutural na formação acadêmica em Administração no que se refere à incorporação do conceito de vulnerabilidade, sobretudo no nível da graduação. A ausência sistemática desse debate nos currículos revela uma formação historicamente orientada por uma racionalidade tecnicista, na qual prevalece o domínio de ferramentas e procedimentos em detrimento da reflexão crítica sobre as implicações humanas e sociais da pesquisa. Esse cenário corrobora o diagnóstico de Silva et al. (2020), ao indicar que a formação acadêmica tem privilegiado competências operacionais, deixando em segundo plano a preparação para lidar com dilemas éticos complexos que atravessam a prática da docência e da pesquisa nas Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

Os resultados também indicam que, quando a ética em pesquisa esteve presente na trajetória formativa, ela foi abordada de maneira fragmentada e predominantemente procedimental, concentrada em disciplinas de metodologia e elaboração de projetos. Tal abordagem reforça uma compreensão da ética como requisito formal a ser cumprido, e não como um processo reflexivo substantivo. Conforme argumentam Silva et al. (2023), a autonomia decisória, isoladamente, não assegura escolhas eticamente responsáveis, uma vez que a tomada de decisão ética exige consciência dos próprios valores, princípios e das consequências das ações sobre o outro. A dissociação entre ética e vulnerabilidade contribui, assim, para práticas acadêmicas que tendem a naturalizar riscos e a minimizar impactos subjetivos e sociais da pesquisa.

Outro aspecto relevante refere-se à compreensão da ética como prática relacional e situada, construída no próprio processo investigativo. A análise sugere que a reflexão ética não pode ser reduzida ao momento inicial de aprovação do projeto ou à formalização do consentimento, mas deve acompanhar continuamente o desenvolvimento da pesquisa. Essa perspectiva dialoga com Carvalho e Gonçalves (2015), ao defender que a ética em pesquisa deve ser compreendida como um exercício permanente de avaliação das implicações das escolhas metodológicas e interações estabelecidas com os participantes. Nesse sentido, a vulnerabilidade passa a ser entendida como condição dinâmica e contextual, que se manifesta nas relações concretas da pesquisa e exige sensibilidade, prudência e responsabilidade por parte do pesquisador.

Por fim, os achados ressaltam o papel central da formação docente e da orientação acadêmica na construção do juízo ético dos pesquisadores. A ética em pesquisa emerge

como responsabilidade pedagógica, que ultrapassa os limites das normativas e dos Comitês de Ética, exigindo engajamento ativo de professores e orientadores na mediação de dilemas éticos reais enfrentados pelos discentes. Essa compreensão converge com Tagata (2008), ao enfatizar que a formação ética se constrói por meio do estímulo à reflexão crítica, à consciência da responsabilidade social e à integração entre rigor científico e sensibilidade humana. Assim, os resultados reforçam a necessidade de incorporar ética e vulnerabilidade como eixos transversais da formação acadêmica, reconhecendo que o compromisso ético é fruto de um processo formativo contínuo e relacional.

CONCLUSÕES

O presente estudo buscou responder à seguinte questão de pesquisa: como docentes de Administração compreendem a vulnerabilidade em pesquisas científicas e de que maneira identificam seus contextos e riscos no âmbito das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas? Os resultados evidenciam que a vulnerabilidade é compreendida pelos docentes como um fenômeno dinâmico, relacional e situado, que emerge das interações sociais, institucionais e organizacionais próprias da pesquisa em Administração. Essa compreensão afasta-se de concepções estritamente biomédicas ou categoriais e reconhece que a autonomia e o consentimento dos participantes podem ser afetados por assimetrias de poder, hierarquias organizacionais, dependência institucional e medo de retaliação, mesmo na ausência de riscos físicos diretos.

Os achados empíricos indicam, em primeiro lugar, que os docentes de Administração reconhecem a vulnerabilidade como um conceito multifacetado, atravessado por dimensões sociais, econômicas, políticas e relacionais. Essa percepção reforça a ideia de que a vulnerabilidade não pode ser tratada como atributo individual fixo ou restrito a determinados grupos, mas como uma condição produzida em contextos específicos, especialmente em ambientes organizacionais marcados por relações assimétricas de poder. Ao enfatizarem o caráter contextual da vulnerabilidade, os participantes destacam a necessidade de avaliações éticas situadas, capazes de captar riscos simbólicos, profissionais e institucionais frequentemente invisibilizados nos processos formais de revisão ética.

Em segundo lugar, os resultados evidenciam uma tensão recorrente no campo da Administração entre a percepção de “baixo risco” associada às pesquisas organizacionais e a existência concreta de vulnerabilidades relevantes. Embora parte dos docentes associe a vulnerabilidade prioritariamente a danos físicos ou clínicos, os próprios relatos revelam riscos significativos, como assédio moral, exposição da identidade, perdas profissionais, constrangimentos institucionais e sofrimento emocional. Ademais, o estudo amplia o debate ao evidenciar a vulnerabilidade do próprio pesquisador, especialmente em pesquisas qualitativas e em contextos sensíveis, apontando riscos físicos, morais, emocionais e acadêmicos, bem como desafios específicos enfrentados por pesquisadores em formação.

Do ponto de vista teórico, os resultados contribuem para o avanço da discussão sobre ética em pesquisa na Administração ao reforçar uma concepção relacional e situada de vulnerabilidade. Ao deslocar a vulnerabilidade do plano exclusivamente individual para o plano estrutural e organizacional, o estudo aproxima o debate ético das teorias organizacionais críticas e das análises sobre poder, hierarquia e dominação. Essa

perspectiva amplia o entendimento da ética em pesquisa ao reconhecer que riscos e danos podem emergir das próprias dinâmicas organizacionais e das relações de trabalho, exigindo abordagens éticas sensíveis às especificidades do campo da Administração.

Além disso, o estudo contribui para tensionar a hegemonia do paradigma biomédico na regulação ética das CHSSA, evidenciando seus limites quando aplicado de forma acrítica às pesquisas organizacionais. Ao demonstrar que a vulnerabilidade pode ser induzida ou intensificada pelo desenho metodológico, pela condução da pesquisa e pelas interações estabelecidas em campo, os achados reforçam a necessidade de uma ética em pesquisa compreendida como prática reflexiva contínua, e não como mera etapa procedimental de aprovação inicial. Essa contribuição teórica fortalece abordagens que defendem uma ética substantiva, contextualizada e sensível às relações humanas envolvidas na produção do conhecimento.

A contribuição original deste artigo reside em evidenciar, a partir da perspectiva de docentes de Administração, que a vulnerabilidade em pesquisas organizacionais é fundamentalmente relacional, situacional e atravessada por assimetrias de poder próprias do mundo do trabalho, ampliando o debate ético para além da noção de risco biomédico. Ao integrar a vulnerabilidade do participante, do pesquisador e das instituições no mesmo quadro analítico, o estudo oferece uma leitura inovadora da ética em pesquisa na Administração e contribui para qualificar tanto o desenho ético das pesquisas quanto a atuação dos CEPs no âmbito das CHSSA.

Como toda pesquisa, este estudo apresenta limitações. A principal refere-se à delimitação institucional e geográfica dos participantes, o que pode não capturar todas as nuances das percepções sobre vulnerabilidade no campo da Administração em diferentes regiões do país. Ademais, embora os docentes entrevistados possuam sólida trajetória acadêmica, suas experiências e interpretações não esgotam a diversidade de práticas e contextos existentes na área. Estudos futuros poderiam ampliar o escopo empírico, incorporando pesquisadores de distintas regiões, níveis de formação e inserções institucionais, bem como explorando comparativamente a percepção da vulnerabilidade entre diferentes áreas das CHSSA.

Por fim, os resultados apontam perspectivas relevantes para os rumos futuros dos estudos sobre ética em pesquisa na Administração. Destaca-se a necessidade de aprofundar investigações sobre a formação ética de pesquisadores, incorporando ética e vulnerabilidade como eixos transversais nos currículos de graduação e pós-graduação. Além disso, abre-se um campo promissor para pesquisas que analisem empiricamente a atuação dos Comitês de Ética em Pesquisa à luz das especificidades das CHSSA, bem como para estudos que explorem a vulnerabilidade organizacional e a ética do pesquisador em contextos de trabalho sensíveis. Esses caminhos podem contribuir para a construção de uma ética em pesquisa mais plural, reflexiva e alinhada às complexidades do campo da Administração.

REFERÊNCIAS

Alves, D. A., & Teixeira, W. M. (2020). Ética em pesquisa em ciências sociais: regulamentação, prática científica e controvérsias. *Educação e Pesquisa*, 46, e217376. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202046217376>

Amaral, F. dos S., F.º. (2017). Ética e pesquisa nas ciências humanas e sociais: um caso a ser pensado. *Práxis Educativa*, 12(1), 257-266. https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/pt_BR/article/view/9764

Amorim, K. P. C. (2019). Ética em pesquisa no sistema CEP-CONEP brasileiro: reflexões necessárias. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(3), 1033-1040. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018243.35292016>

Aquino, A. R., Paletta, F. C., & Almeida, J. R. (Orgs.). (2017). *Vulnerabilidade ambiental* (Vol. 1). Blucher. <https://doi.org/10.5151/9788580392425>

Batistiolle, J. V., & Silva, W. J., Jr. (2006). Comitês de ética em pesquisa e a vulnerabilidade dos sujeitos: um relato de experiência. *O Mundo da Saúde*, 30(3), 465-470. <https://doi.org/10.15343/0104-7809.200630.3.11>

Beauchamp, T. L., & Childress, J. F. (2002). *Princípios da ética biomédica*. Loyola.

Carvalho, C. H., & Gonçalves, W., N. (2015). A formação do pesquisador e a dimensão ético-profissional. *História e Perspectivas*, 52, 51-64. <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/30959>

Council for International Organizations of Medical Sciences. (2002). *International ethical guidelines for biomedical research involving human subjects*. CIOMS, WHO. https://cioms.ch/wp-content/uploads/2016/08/International_Ethical_Guidelines_for_Biomedical_Research_Involving_Human_Subjects.pdf

Da Costa Marques, I. (2021). Efeito etnográfico e estudo da burocracia: as pesquisas científicas e o sistema CEP/CONEP. *Revista Tecnologia e Sociedade*, 17(48), 51-77. <https://doi.org/10.3895/rt.v17n48.13832>

De Azambuja Loch, J. (2002). Princípios da bioética. *Temas de Pediatria Nestlé*, 73, 12-19. <https://www.olibat.com.br/documentos/Principios%20de%20Bioetica.pdf>

De Oliveira Esteves, C. J. (2011). Risco e vulnerabilidade socioambiental: aspectos conceituais. *Caderno IPARDES – Estudos e Pesquisas*, 1(2), 62-79. <https://ipardes.emnuvens.com.br/cadernoipardes/article/view/421>

Demo, P. (2001). *Pesquisa e informação qualitativa*. Papirus.

Duarte, L. F. D. (2015). A ética em pesquisa nas ciências humanas e o imperialismo bioético no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, 3(5), 31-52. <https://doi.org/10.20336/rbs.90>

Findley, M. G., Ghosn, F., & Lowe, S. J. (2024). Vulnerability in research ethics: a call for assessing vulnerability and implementing protections. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 121(34), e2322821121. <https://doi.org/10.1073/pnas.2322821121>

Guazi, T. S. (2021). Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. *Revista Educação Pesquisa e Inclusão*, 2, 1-20. <https://doi.org/10.18227/2675-3294repi.v2i0.7131>

Guerriero, I. C. Z. (2016). A Resolução 510/16: diretrizes éticas para pesquisas em ciências humanas e sociais. *Caderno de Terapia Ocupacional*, 24(3), 429-433. <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1759>

Guerriero, I. C. Z. (2023). Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais: entre a norma e sua aplicação. *Práxis Educativa*, 18, e21203. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.18.21203.010>

Kottow, M. (2003). Comentários sobre bioética, vulnerabilidade e proteção. In V. Garrafa & L. Pessini (Orgs.), *Bioética poder e injustiça* (pp. 71–78), Loyola.

Kottow, M. (2008). História da ética em pesquisa com seres humanos. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, 2(Sup1), Sup.7-Sup.18. <https://doi.org/10.3395/reciis.v2.Sup1.203pt>

Mainardes, J. (2017). A ética na pesquisa em educação: panorama e desafios pós-Resolução CNS nº 510/2016. *Educação*, 40(2), 160-173. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2017.2.26878>

Martins, H. H. T. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, 30(2), 289-300. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>

Ministério da Saúde. (2008). *Manual operacional para comitês de ética em pesquisa* (4a Ed. Rev. e atual.). Conselho Nacional de Saúde. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_operacional_comites_pesquisa_4ed.pdf

Ministério da Saúde. (2016). *Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016*. Conselho Nacional de Saúde. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html

Ministério da Saúde. (2022). *Resolução nº 674, de 6 de maio de 2022: Tipificação da pesquisa e a tramitação dos protocolos de pesquisa no Sistema CEP/Conep*. Conselho Nacional de Saúde. <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2022/resolucao-no-674.pdf/view>

Muccioli, C., Dantas, P. E. C., Campos, M., & Bicas, H. E. A. (2008). Relevância do Comitê de Ética em Pesquisa nas publicações científicas [Editorial]. *Arquivos Brasileiros de Oftalmologia*, 71(6), 773-774. <https://doi.org/10.1590/S0004-27492008000600001>

Neves, M. P. (2006). Sentidos da vulnerabilidade: característica, condição, princípio. *Revista Brasileira de Bioética*, 2(2), 157-172. <https://periodicos.unb.br/index.php/rbb/article/view/7966>

Nicacio, E. M. (2023). O processo de avaliação ética de pesquisas em ciências humanas e sociais: considerações sobre uma peculiaridade brasileira. *Práxis Educativa*, 18, e21663. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.18.21663.031>

Nichiata, L. Y. I., Bertolozzi, M. R., Takahashi, R. F., & Fracolli, L. A. (2008). A utilização do conceito “vulnerabilidade” pela enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 16(5). <https://doi.org/10.1590/S0104-11692008000500020>

Racine, E., & Bracken-Roche, D. (2018). Enriching the concept of vulnerability in research ethics: an integrative and functional account. *Bioethics*, 33(1), 19-34. <https://doi.org/10.1111/bioe.12471>

Rhodes, C., & Carlsen, A. (2018). The teaching of the other: ethical vulnerability and generous reciprocity in the research process. *Human Relations*, 71(10), 1295-1318. <https://doi.org/10.1177/0018726717741530>

Rogers, W., & Ballantyne, A. (2008). Populações especiais: vulnerabilidade e proteção. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, 2(Sup.1), Sup.31-Sup.41. <https://doi.org/10.3395/reciis.v2.Sup1.207pt>

Santana, J. P., & Lorenzo, C. (2008). Vulnerabilidade em pesquisa e cooperação internacional em saúde. *Revista Brasileira de Bioética*, 4(3-4), 156-169. <https://doi.org/10.26512/rbb.v4i3-4.7883>

Silva, P. F., Ishii, I., & Krasilchik, M. (2020). Código de ética docente: um dilema. *Educação em Revista*, 36, e215216. <https://doi.org/10.1590/0102-4698215216>

Silva, P. F., Ishii, I., & Krasilchik, M. (2023). Código de ética para a profissão docente: percepções e opiniões de educadores. *Educação em Revista*, 39, e41031. <https://doi.org/10.1590/0102-469841031>

Tagata, C. M. (2008). Ética na pesquisa científica: o papel do professor na construção de um cidadão ético. *Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR*, 11(1), 115-125. <https://revistas.unipar.br/index.php/juridica/article/view/2253>

Tengan, C., Venancio, P. C., Marcondes, F. K., & Rosalen, P. L. (2005). Autonomia e vulnerabilidade do sujeito da pesquisa. *Revista de Direito Sanitário*, 6(1-3), 25-37. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9044.v6i1-3p25-37>

Traianou, A., & Hammersley, M. (2024). Interrogating the concept of vulnerability in social research ethics. *Diametros*, 21(80), 7-22. <https://doi.org/10.33392/diam.1891>

Wilkinson, M., & Moore, A. (1997). Inducement in research. *Bioethics*, 11(5), 373-389. <https://doi.org/10.1111/1467-8519.00078>

Yunes, M. A. M., & Szymanski, H. (2001). Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In J. Tavares (Org.), *Resiliência e educação* (2a ed.). Cortez.

Ligia Taís da Silva Matos

Bolsista de Iniciação científica no projeto de pesquisa Ética em Pesquisa na Administração. E-mail: ligiatais321@gmail.com

Bruno Eduardo Freitas Honorato

Professor Adjunto do Departamento de Administração da Universidade de Brasília (UnB); Possui Mestrado e Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Bacharelado em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: brunoefh@gmail.com

Felipe Fróes Couto

Professor da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES); Membro Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) e Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial (PPGDEE). Mestre e Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Bacharel em Administração pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e em Direito pelo Centro Universitário FIPMoc. E-mail: felipe.couto@unimontes.br

DECLARAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Ligia Taís da Silva Matos: Conceituação (Suporte); Investigação (Liderança); Metodologia (Liderança); Escrita – rascunho original (Liderança); Escrita – revisão e edição (Suporte).

Bruno Eduardo Freitas Honorato: Conceituação (Liderança); Supervisão (Liderança); Validação (Liderança); Visualização (Liderança); Aquisição de financiamento (Liderança); Administração de projeto (Liderança); Escrita – rascunho original (Suporte).

Felipe Fróes Couto: Conceituação (Suporte); Análise formal (Liderança); Aquisição de financiamento (Suporte); Administração de projeto (Suporte); Escrita – revisão e edição (Liderança).

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

O ChatGPT foi utilizado para auxiliar na edição linguística, revisão gramatical, tradução e formatação das referências. Os autores permanecem integralmente responsáveis pelo conteúdo, pelas interpretações e pelas conclusões apresentadas neste artigo.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Universidade de Brasília e à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) pela oportunidade e incentivo à produção da nossa pesquisa.

FINANCIAMENTO

Esse trabalho é um dos produtos viabilizados por meio do financiamento do projeto de pesquisa “Ética em Pesquisa na Administração” submetido e aprovado no Edital Universal 2021 ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A bolsa de iniciação científica foi financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) por meio da Universidade de Brasília (PIBIC - UnB).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.